

**AS RELAÇÕES SOCIEDADE↔NATUREZA ANALISADAS A PARTIR DAS
ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS**

ANALYSIS OF THE SOCIETY↔NATURE RELATIONSHIPS IN PROTECTED NATURAL AREAS

Leandro Ricarte Castro de Souza
Professor do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES Campus Ibatiba
Doutorando em Geografia do PPG UFMG
E-mail: leoricarte@gmail.com

Resumo

Nas últimas décadas, tem sido possível evidenciar a centralidade da questão ambiental em nível nacional e internacional, especialmente a partir do aumento tanto da intensidade quanto da frequência de impactos ambientais negativos em diferentes regiões do planeta. No bojo das estratégias que vêm sendo postas em movimento visando evitar ou mitigar as consequências ambientais negativas das ações humanas sobre os diferentes ecossistemas terrestres, a criação de Áreas Naturais Protegidas passou a se caracterizar como uma das políticas ambientais de maior aplicação no contexto global, sendo adotada pela maioria dos países do mundo e estimulada por variados organismos internacionais. Ainda que não seja um mecanismo novo, existindo evidências de uso dessa estratégia em tempos remotos, inclusive, a expansão do número de áreas protegidas a nível global, especialmente a partir da eclosão da chamada “crise ambiental”, vem suscitando uma série de debates em torno de variados aspectos que envolvem a constituição e gestão dessas áreas. O presente trabalho tem como objetivo aprofundar um desses debates, discutindo a questão das áreas protegidas à luz da tese da produção da natureza, evidenciando qual ou quais são os entendimentos de natureza que têm sido mobilizado(s) historicamente para justificar a criação desses espaços.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Natureza. Relação Sociedade↔Natureza.

Abstract

In recent decades, there has been a heightened awareness of the significance of environmental issues on both a national and global scale. This shift in consciousness is mainly due to the increasingly frequent and severe adverse environmental effects experienced in various regions worldwide. Many countries and international organizations have implemented strategies to prevent or mitigate the negative environmental impacts of human activity on terrestrial ecosystems. One of the most commonly adopted policies is the establishment of Protected Natural Areas. Although it is not a new mechanism, with evidence of its use in ancient times, the expansion of protected areas globally, especially since the onset of the so-called “environmental crisis”, has evoked numerous debates concerning various aspects related to the formation and management of these areas. This study aims to explore the discussion surrounding protected areas, precisely focusing on the concept of nature production. The study will focus on the historical understanding of nature used to justify the creation of these areas.

Keywords: Conservation Units. Nature. Society↔Nature Relationship.

1. Introdução

As Áreas Naturais Protegidas (APs) têm se caracterizado como um dos principais instrumentos da política ambiental tanto em nível nacional como global. Dentro do contexto de expansão dessas estruturas, especialmente a partir dos anos de 1960/1970, com a ascensão do meio ambiente enquanto questão central nas discussões internacionais, muitos têm sido os debates que vêm se desenvolvendo em torno das APs. Essas argumentações têm perpassado aspectos múltiplos que envolvem esses espaços, incluindo: a) debates em torno de suas origens; b) argumentações envolvendo a eficácia desse instrumento; e c) discussões sobre os conflitos que se desenvolvem a partir da criação dessas áreas.

Apesar de toda a literatura que surgiu nas últimas décadas envolvendo as APs no Brasil, poucos trabalhos se propõem a fazer análise mais profunda e consistente que relacione essas áreas à tese da “produção da natureza” (SMITH, 1988; PORTO-GONÇALVES, 1989; MOSCOVICI, 2007). Nesse contexto, o presente texto objetiva discutir o surgimento da ideia moderna de APs à luz dos processos de construção social do(a) conceito/ideia de natureza, tomando essas estruturas como

uma forma em si mesmas de “natureza produzida”, sendo concebidas a partir de um entendimento específico do que a natureza seria.

Entende-se que esse debate se faz importante, entre outros aspectos, pelo fato de que, especialmente em países como o Brasil, a criação dessas áreas motivou o surgimento de uma miríade de conflitos caracterizados como ambientais. Esses conflitos associados à constituição dessas estruturas surgem, entre outros fatores, justamente como uma das principais consequências da manifestação sobre o território de distintas formas de se entender aquilo que se denomina de “natureza”¹, o que, por conseguinte, leva a modos diferenciados de apropriação e uso do território e dos recursos nele presentes, levando à ocorrência de disputas em torno das formas como esses são apropriados, significados e utilizados.

O trabalho está dividido em três seções, além desta pequena introdução. Na primeira parte, realiza-se uma discussão em torno do processo de construção social do conceito de natureza e da ideia de “produção da natureza”. Busca-se evidenciar que aquilo que se denomina de “natureza”, na verdade, apresenta diferentes entendimentos segundo sujeitos e grupos sociais diversos, se modificando também ao longo do tempo. Com isso, espera-se demonstrar, ainda que de forma breve, a complexidade que envolve o termo e algumas das implicações que as múltiplas formas a partir das quais a “natureza” é entendida produziu e continua a produzir. Na segunda parte, resgata-se um pouco da história de criação das APs, dando ênfase especial ao período inaugurado com Yellowstone, mas enfatizando também a ocorrência de iniciativas semelhantes em períodos anteriores à criação dessa área protegida. Nesse tópico, busca-se ainda evidenciar quais entendimentos de “natureza” estiveram e continuam estando por trás da criação de APs, argumentando que, na verdade, essas áreas se caracterizam como “naturezas sócio-histórica e culturalmente produzidas” a partir de concepções específicas do que seria a “natureza”. Por fim, na terceira parte do artigo, são feitas as considerações finais, indicando alguns apontamentos sobre o que aqui foi discutido.

2. A natureza significada e produzida

A palavra “natureza”, segundo Soper (1995, citando Willians, 1980), é uma das mais complexas presente na linguagem. Por consequência disso, ela traz consigo uma multiplicidade de significados e usos, que vão desde àqueles que buscam destacar algum aspecto referente ao comportamento humano, tanto no sentido de justificar certas atitudes como de condenar outras,

¹ Neste texto, a palavra “natureza” aparecerá, em alguns momentos, colocada entre aspas. Esse recurso metodológico é aqui adotado como forma de evidenciar, ao mesmo tempo, a complexidade que a palavra possui e o entendimento do autor em relação a ela, entendida por este como representando muito mais do que “apenas” aquilo que não se refere ao “reino das sociedades”, mas englobando essas em um processo **sempre** dialético com o mundo.

estando associada, nesse caso, com aquelas características que formariam a essência humana, até àqueles que se referem aos eventos e às estruturas que ocorrem no planeta (ou fora dele) e cuja existência/ocorrência não estaria diretamente relacionada com a ação das sociedades.

À vista disso, “natureza”

[...] carrega uma carga simbólica imensamente complexa e contraditória; é objeto de ideologias muito divergentes; e tem sido representada em uma enorme variedade de formas diferentes. Nos últimos tempos, passou a ocupar um lugar central na agenda política como resultado da crise ecológica, onde figura como um conceito geral através do qual somos levados a repensar nosso uso atual dos recursos, nossas relações com outras formas de vida e nosso lugar e responsabilidades dentro do ecossistema² (ibid., p. 2, tradução nossa).

De igual forma, a “natureza” é, ainda,

[...] material e espiritual, ela é dada e feita, pura e imaculada; a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina. A natureza é um dom de Deus e é um produto de sua própria evolução; é uma história universal à parte, e é também o produto da história, acidental e planejada, é selvagem e jardim (SMITH, 1988, p. 28).

Ou seja, a “natureza” assume diferentes aspectos e significados segundo os interesses dos sujeitos e grupos sociais que fazem uso do termo e de conceitos específicos a ele associados de acordo com seus interesses e, também, segundo suas visões e entendimentos de mundo, que são forjados a partir das relações sócio-históricas e culturais que cada sociedade constrói em suas trajetórias de existência e re-existências.

Via de regra, quando se observa o emprego da ideia de natureza no contexto da problemática ambiental, este geralmente se dá como uma forma de distinguir aquilo que seria específico da dinâmica natural do planeta e de seus ecossistemas daquilo que é típico do desenvolvimento das sociedades, compondo, assim, uma oposição entre cultura e natureza, ou, como mais comumente é referida, entre sociedade e natureza. Entendida dessa maneira, a natureza “[...] refere-se a tudo o que não é humano e que se distingue do trabalho da humanidade. Assim, a ‘natureza’ se opõe à cultura, à história, à convenção, ao que é artificialmente trabalhado ou produzido, em suma, a tudo o que define a ordem da humanidade”³ (SOPER, 1995, p. 15, tradução nossa).

A “natureza” assume, então, a forma daqueles objetos, estruturas e fenômenos que não se relacionam em sua formação, realização e funcionamento com as ações humanas, configurando,

² No original: [...] carries an immensely complex and contradictory symbolic load; it is the subject of very contrary ideologies; and it has been represented in an enormous variety of differing ways. In recent times, it has come to occupy a central place on the political agenda as a result of ecological crisis where it figures as a general concept through which we are asked to re-think our current use of resources, our relations to other forms of life, and our place within, and responsibilities towards the ecosystem.

³ No original: [...] refers to everything which is not human and distinguished from the work of humanity. Thus ‘nature’ is opposed to culture, to history, to convention, to what is artificially worked or produced, in short, to everything which is defining of the order of humanity.

assim, um aspecto que seria exterior às sociedades. É a “natureza” na condição de uma externalidade (SMITH, 1988).

Porém, mesmo essa conceituação específica de natureza não pode ser entendida como desprovida de aspectos políticos e, por isso, destituída também de relações de poder. Essa suposta neutralidade que essa forma específica de se entender a natureza pode parecer ter não é, em nenhuma hipótese, isenta desses aspectos, estando, pelo contrário, repleta de intenções, que são manifestadas por aqueles e aquelas que dela se utilizam, ainda que mesmo estes muitas vezes não percebam essa situação. Logo, entende-se que toda conceituação de “natureza” é, **sempre**, imbuída de relações políticas e de poder.

Como se buscará evidenciar na próxima seção desse artigo, a compreensão de “natureza” enquanto uma externalidade frente às sociedades, em especial, se encontra na base da ideia de destinação de parcelas específicas dos biomas terrestres para proteção frente às atividades humanas, objetivando resguardar esses espaços dos possíveis impactos produzidos pelas atividades desenvolvidas pelas sociedades.

Esse entendimento de natureza, partindo da perspectiva que a toma como uma externalidade, na verdade, é apenas uma das formas de percebe-la dentre muitas outras forjadas no seio das diversas sociedades que historicamente se desenvolveram sobre as diferentes áreas do planeta, como a citação anterior de Smith (1988) permite entrever. Ainda assim, é possível argumentar, este “modelo de natureza” acabou por se firmar como dominante no imaginário social coletivo, fundamentalmente por meio do processo de expansão da sociedade capitalista-urbano-industrial, intensificando-se a partir das chamadas Revoluções Industriais, iniciadas no século XVIII.

Porém, para evitar generalizações que não contribuem para compreensão da complexidade que essa questão apresenta, é importante destacar que mesmo este entendimento, que hoje parece dominar o imaginário de sujeitos e grupos sociais, passou, ao longo do tempo, por mudanças, à medida que a própria dinâmica do capitalismo se alterava, e mesmo tendo se tornado hegemônico, é possível perceber distinções entre as formas com que cada sujeito e grupo social entende e, por consequência, se apropria e usa aquilo que denomina de “natureza” no interior da própria sociedade capitalista. Ainda assim, de modo geral, mesmo diante dessas variações, é perceptível que a “natureza” continua sendo tomada como uma externalidade frente às sociedades.

Um dos principais resultados dessa visão geral em torno do que seria a natureza tem sido a desconsideração, em boa parte das vezes, do papel desempenhado pelas sociedades sobre aquilo que se entende aqui, juntamente com Smith (1988), Porto-Gonçalves (1989) e Moscovici (2007), entre outros, como a “produção da natureza” ou a “natureza produzida”. Como consequência disso, manifesta-se, em muitos momentos, uma grande dificuldade por parte de muitos estudiosos da questão ambiental, e na própria sociedade como um todo, em entender parcelas significativas das implicações que estão associadas às formas como os chamados recursos naturais são apropriados

e usados/explorados dentro do modo de produção capitalista e, mais ainda, em propor alternativas e caminhos que possam contribuir para superar os variados problemas que afetam as sociedades atuais, ameaçando, inclusive, as possibilidades futuras de existência de condições satisfatórias capazes de sustentar a continuidade da vida no planeta.

A ideia da “produção da natureza” é, neste sentido, significativa, pois sua compreensão “[...] pode nos ajudar a reconhecer o poder dos humanos de moldar a natureza tanto por meio de nossos conceitos quanto por meio das práticas materiais que levam à produção dessas formas de construir a natureza”⁴ (DEMERITT, 2002, p. 785, tradução nossa).

Por conta disso, concorda-se com Porto-Gonçalves (1989, p. 23) quando este afirma que “o conceito de natureza não é natural”, pois é fruto das construções sócio-históricas e culturais que são produzidas a partir das relações que se estabelecem entre sociedade↔natureza, sempre numa perspectiva dialética de reciprocidade, onde ao mesmo tempo em que as sociedades interferem sobre o ambiente⁵, este também influi no comportamento das sociedades. De igual forma, à medida que o ambiente vai sendo apropriado, (re)transformado e (re)configurado, novas formas de relacionamento sociedade↔natureza surgem, numa espiral praticamente infinita que se renova a cada novo momento, onde as relações se retroalimentam uma à outra, dando origem a processos interligados de produção de novos espaços e novas naturezas, bem como de simbologias e representações outras que são feitas desses.

Afinal,

As ideias (valores, noções, conceitos, mitos...) [...] são socialmente construídas, e assim a realidade social, natureza aí incluída (**enquanto “natureza-para-a-sociedade”**, ou seja, a natureza tal como percebida pelos seres humanos e com cujos elementos eles interagem) é, sempre, fruto de um processo mediado pela cultura e pela história (SOUZA, 2019, p. 41, grifos do autor).

Atualmente, inclusive, o nível de transformação gerado sobre o ecúmeno pelas ações e intervenções humanas é tamanho que vem se aventando, já há algum tempo, a própria perspectiva de que estaria a Terra vivenciando uma nova época do ponto de vista geológico, sendo esta denominada de “Antropoceno”, em alusão justamente às inúmeras mudanças significativas vivenciadas pelo planeta como consequência da presença da espécie humana sobre ele. Na visão daqueles que defendem essa ideia, “As atividades socioeconômicas na Terra cresceram de modo significativo ao longo dos últimos 200 anos [...] e hoje estão sendo comparadas às forças geofísicas que dão forma a nosso planeta” (ARTAXO, 2014, p. 16).

⁴ No original: [...] *it can help us acknowledge the power of humans to shape nature both through our concepts and through the material practices that lead to and follow from those ways of constru(ct)ing nature.*

⁵ O conceito de ambiente é aqui compreendido nos termos de Souza (2019). Assim, o ambiente é entendido como a própria Terra, enquanto morada humana, deixando, assim “[...] de ser apenas uma maneira de se qualificar o espaço geográfico para, com efeito, se tornar algo tão abrangente quanto ele – ou até mesmo mais [...]” (p. 36).

Como argumentam Lewis e Maslin (2015), apesar de recente, tomando como referência a idade geológica do planeta, a atividade humana sobre a Terra tem sido profunda, mesmo no ambiente global. Talvez o maior exemplo disso sejam as mudanças climáticas, que vêm sendo associadas fundamentalmente a essas atividades. As intervenções humanas, inclusive, são hoje possivelmente a causa preponderante da maioria das alterações ambientais contemporâneas, de maneira que é muito provável que, no futuro, estas possam também ser observadas no registro geológico estratigráfico por milhões de anos (ibid.), assim como já acontece com outros eventos do passado que marcaram o fim de uma época e o início de outra.

Vale ressaltar, entretanto, que com esse raciocínio aqui exposto o que se deseja não é negar a existência de processos que se desenvolvem no planeta e que não demandam a interferência humana para que possam acontecer. Ao contrário, se reconhece, como deve ser, a ocorrência de uma miríade de fenômenos, estruturas e processos que independem da presença da espécie humana por aqui, de tal forma que mesmo que no futuro esta deixe de se fazer presente na Terra, é muito provável que a maioria dessas situações, se não todas elas, possivelmente continuem a se fazer como já se faziam presentes muito antes do aparecimento do *homo sapiens*. Os fatos que se busca destacar neste texto, fundamentalmente, são, de um lado, os processos de significação daquilo que se denomina de “natureza”, com suas múltiplas formas de representação que variam de acordo com cada sujeito e grupo social a partir de suas também múltiplas culturas e modos historicamente construídas de apropriação, representação e interação com o ambiente, e, de outro lado, as muitas implicações que cada uma dessas formas de entender a natureza produz sobre os modos de apropriação e uso/exploração dos elementos nela presentes, bem como nos modelos de organização socioespacial que cada sociedade construiu ao longo do tempo a partir de adaptações diversas que criaram, sempre em interação recíproca com o meio que habitavam, dando origem a uma gama variada de modos de inter-relacionamento com a “natureza”.

Esse argumento se funda no fato de que não se entende ser possível uma separação total entre natureza e sociedade, como se as dinâmicas que ocorrem em um campo fossem totalmente dissociadas daquelas que ocorrem em outro campo. Ainda que, como bem destacado por Soper (1995) e, especialmente, por Souza (2019), um certo nível de diferenciação entre aquilo que é da sociedade e aquilo que é da “natureza” (entendida, neste caso específico, em sua perspectiva possivelmente mais corriqueira, ou seja, como o campo onde se processam os fenômenos planetários que não demandam a intervenção humana para se desenvolverem) seja importante, compreende-se ser fundamental entender que a natureza não é simplesmente aquilo que se distingue das sociedades, como se fosse uma outra esfera oposta a tudo o que é da cultura, da história e, por que não, da geografia. Pelo contrário, e de forma complementar, percebe-se a natureza como integrada por esses atributos pertencentes à dinâmica planetária natural, porém

mais além deles, como aquilo que **também** se inscreve e **é** inscrito nas dinâmicas sócio-históricas e culturais dos variados grupos humanos que habitam o ecúmeno.

Ao “ler” e entender a natureza como sendo **também** uma produção humana, é possível começar a visualizá-la mais nitidamente como um campo onde interesses múltiplos estão em constante disputa. Como um campo de disputas, a natureza está carregada de relações de poder que são colocadas em movimento sobre o espaço e os territórios com objetivos diversos, dentre eles especialmente o exercício do poder sobre os ditos “recursos naturais” presentes nesses espaços/territórios, cuja principal faceta se manifesta por meio do controle sobre o acesso e uso/exploração desses recursos. Ao desconsiderar essa dimensão fundamental da natureza, se corre o risco de perder de vista muitos dos processos políticos, culturais, econômicos, geográficos e históricos que estão na base das múltiplas desigualdades que perpassam o acesso a essa natureza e que levam à produção de muitas situações de injustiças sociais e ambientais, bem como à ocorrência de conflitos ambientais de diferentes tipos e intensidades.

No que se refere às APs, entende-se que estas, enquanto uma forma de natureza, igualmente estão inseridas nesse contexto, podendo, em função disso, serem analisadas e explicadas a partir da ideia de uma “natureza” **também** enquanto uma produção sócio-histórica e cultural. É esse aspecto que se busca elucidar nas linhas que seguem na próxima seção deste trabalho.

3. As concepções de natureza e o surgimento das áreas naturais protegidas

Breve histórico de surgimento das Áreas Naturais Protegidas

Apesar de boa parte dos trabalhos que tratam da temática das APs no Brasil considerarem a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA, em 1872, como o marco temporal que deu início à implantação desses espaços como estratégia de preservação/conservação dos recursos naturais, evidências históricas demonstram que, em períodos que antecederam esse acontecimento, a destinação de áreas para a proteção de algum recurso natural específico já era realizada, ainda que as motivações que levavam à criação desses espaços passassem, grosso modo, por outros aspectos diferentes daqueles que conduziram à criação daquela que, para muitos, inaugurou a era moderna das APs.

Vallejo (2002, citando BENNET, 1983), argumenta que existem evidências que indicam que na Mesopotâmia (atual Iraque, Irã e Jordânia) já haviam sido concebidas áreas destinadas à proteção de recursos naturais, objetivando evitar a escassez de recursos importantes para o desenvolvimento das sociedades que lá se localizavam. Citando Oliveira (1999), o autor em apreço

afirma, ainda, que também no Irã, em torno de 5.000 a. C., foram criadas reservas de caça e leis voltadas à proteção de áreas específicas.

Em relação ao Ocidente, registros históricos indicam que iniciativas que tiveram como objetivo a destinação de áreas para fins específicos de preservação/conservação de certas espécies animais ou vegetais vêm ocorrendo desde pelo menos a Idade Média, tendo surgido primeiramente na Europa (QUINTÃO, 1983; VALLEJO, 2002). Essas iniciativas foram colocadas em andamento fundamentalmente pela nobreza e a aristocracia rural da época, e a motivação que embasava essas práticas era basicamente a de separar certas áreas para uso exclusivo desses grupos, especialmente para que nelas se pudesse realizar a caça, ou, ainda, objetivando “[...] a proteção de recursos florestais com fins de uso imediato ou futuro. O objetivo não era a subsistência nem havia qualquer sentido social mais amplo como, por exemplo, lazer e recreação para o público em geral” (VALLEJO, 2002, p. 3).

Ainda sob o ponto de vista da origem das concepções em torno da destinação de áreas específicas para a proteção da “natureza”, “originalmente – e, talvez, paralelamente – a ideia de se reservar determinados espaços tem, pelo menos, duas motivações: a preservação de lugares sagrados e a manutenção de estoques de recursos naturais” (BENSUSAN, 2014, p. 32). Exemplo da primeira dessas motivações é encontrado na criação de florestas sagradas na Rússia (DEVEMPORT e RAO, 2002, *apud* BENSUSAN, 2014). Sobre a segunda motivação, as próprias reservas de caça criados no Irã há cerca de 5.000 a. C., citadas por Vallejo (2002), se caracterizam enquanto uma amostra desse processo.

Observando essas evidências, é possível asseverar que se tratavam de situações em que a “natureza” era tida, já naquele momento, como uma fonte de exploração e fornecimento de recursos, mesmo que a ideia de que era preciso “torturar a natureza para dela extrair os seus segredos” que, mais tarde, conduziria ao imaginário da “dominação da natureza”, ainda não tivesse sido concebida. Vê-se, então, que por traz desse processo de preservação/conservação de determinados recursos sempre existiu um conceito próprio do que a natureza seria, que, por conseguinte, conduzia a formas de uso específicos que dela eram feitos.

Da mesma forma, se pode argumentar que a criação desses espaços, já naquele tempo, se caracterizava como um processo de “produção da natureza” (SMITH, 1988; PORTO-GONÇALVES, 1989; MOSCOVICI, 2007), pois o ato de destinar áreas específicos para a preservação/conservação de determinados recursos naturais era fundamentalmente uma ação humana que modelava o espaço a partir de um conceito específico de natureza – que era manifestado pela nobreza da época – e de como esta deveria ser utilizada.

Porém, diferentemente do que viria a acontecer em períodos pretéritos, especialmente a partir do surgimento do capitalismo e do início de sua expansão, bem como por meio do desenvolvimento da chamada “ciência moderna”, nesse período histórico, em que as primeiras

iniciativas de proteção de áreas surgem na Europa Medieval, ainda é possível evidenciar o que parecia ser uma maior simbiose entre sociedade e “natureza”, especialmente através da sacralidade que em muitos momentos a primeira atribuía à segunda, originando mitos bioantropomórficos (DIEGUES, 2001) que imbuíam a “natureza” de um certo nível de respeitabilidade e temor diante da sua “profanação” pelas ações humanas.

Na verdade, mesmo depois do surgimento do capitalismo e da ciência moderna, e ainda que a ideia de “dominação da natureza” tenha se tornado hegemônica no interior das sociedades capitalistas, muitos grupos, tanto tradicionais como não tradicionais, continuaram (e continuam no período hodierno, diga-se) a entender e se relacionar com a “natureza” sob outros prismas que não o da dominação. Ou seja, ao contrário do que muitas vezes se pode ser induzido a imaginar, o conceito de “dominação da natureza”, criado há cerca de cinco séculos, apesar de **ter sido tornado** dominante, não foi e nem mesmo continua sendo o único modelo. Outras formas de significação e de **produção de naturezas**, que são **conduzidos** e que **conduzem** por/a modos outros de inter-relacionamento com o ambiente, foram e continuam sendo realizados por sujeitos e grupos sociais diversos.

Ainda assim, as transformações experimentadas nos espaços dos países que ingressaram na modernidade caracterizaram-se como significativas, tendo como pano de fundo o novo entendimento sobre a “natureza”, qual seja, de que esta deveria ser “torturada” e “dominada”. Essas transformações induziram a uma série de reflexões de várias ordens, incluindo àquelas que questionavam a lógica de dominação imposta sobre a “natureza”. Ainda que relativamente tímidos num primeiro momento, esses questionamentos tornaram-se cada vez mais frequentes, ecoando com intensidade crescente dentro das sociedades capitalistas, especialmente com o aumento desordenado das cidades a partir do início das Revoluções Industriais no século XVIII. A base dos movimentos preservacionista e conservacionista, que conduziram ao surgimento das APs modernas, se funda nesse processo de contestação desse modelo específico de relação sociedade↔natureza que havia sido tornado dominante nas sociedades capitalistas-urbano-industriais.

O movimento preservacionista

O movimento preservacionista é uma das muitas correntes que caracterizam, na atualidade, o campo ambiental. Esse movimento nasceu nos EUA, ainda no século XIX, a partir de questionamentos diversos que giravam em torno da relação sociedade↔natureza. Seu surgimento foi embalado pelas intensas mudanças associadas à industrialização que vinham sendo experimentadas por aquele país. Além disso, também acabou sendo influenciado pela demanda da

sociedade estadunidense em formação pela constituição de uma cultura própria, com símbolos e estruturas que pudessem caracterizar e diferenciar a cultura dos EUA frente a de outras nações.

Em relação ao processo de industrialização, as mudanças que produzia, principalmente nas paisagens urbanas, contribuíram para que vários questionamentos sobre a relação que se configurava entre a sociedade, de um lado, e a “natureza”, de outro, surgissem. Os ambientes, muitas vezes insalubres, das cidades que se industrializavam e cresciam exponencialmente, geravam uma série de problemas associados à degradação das condições ambientais nesses espaços, como, por exemplo, a poluição do ar, o que motivava reflexões sobre as formas como a constituição dessas áreas estava se fazendo. Além disso, na esteira do que já experienciava a Inglaterra, pioneira do processo de industrialização, importantes reflexões e avanços vinham ocorrendo nas ciências da natureza, especialmente no campo da história natural, justamente a partir de questionamentos semelhantes sobre as consequências da industrialização e do processo de “dominação da natureza” em curso naquele país.

Por outro lado, em relação à criação de uma cultura tipicamente “americana”, essa era uma demanda da jovem Nação, que, desconsiderando a vasta e rica contribuição de seus povos originários, entendia que era necessário que houvesse a criação de uma “história própria”, que pudesse exaltar suas contribuições para o mundo e fazer frente à cultura dos países europeus, entendida pelos EUA como mais rica e forte naquele momento, diante dos símbolos que a Europa possuía e que faltavam ainda aos “americanos” (ARAÚJO, 2007; CAMARGOS, 2006; BENSUSAN, 2014).

Essa confluência de situações acabou contribuindo para o surgimento do preservacionismo e, posteriormente, para o seu fortalecimento nas discussões em torno da constituição de APs. Partindo de um entendimento de que seria “[...] impraticável a ideia de coexistência entre populações humanas e áreas naturais protegidas” (SOUZA, L., 2016, p. 74), o preservacionismo advogava (e, grosso modo, continua a advogar atualmente) que era necessário proteger a “natureza” de toda e qualquer ação humana, pois na visão dessa corrente, toda intervenção social sobre o meio seria negativa, o que, conseqüentemente, traria prejuízos ao meio natural (DIEGUES, 2001; MARTINEZ-ALIER, 2007; SOUZA, L., 2016). Seu nome de maior importância foi Jhon Muir (1838-1914), que se inspirou nas considerações filosóficas de Henry David Thoreau para embasar suas ações políticas (ARAUJO, 2007).

Ao distinguir entre “preservacionismo”, “conservacionismo” e “ecologismo dos pobres”, inclusive, Martinez-Alier (2007) se refere a essa primeira corrente através de uma outra alcunha, denominando-a de “culto ao silvestre”, em função de sua pregação em torno da incompatibilidade de interação entre sociedade e natureza, o que, é possível argumentar, seria uma demonstração da verdadeira veneração que essa perspectiva prestaria àquilo que entende como sendo natureza,

justamente porque “[...] surge do amor às belas paisagens e de valores profundos, jamais para os interesses materiais” (ibid., p. 22).

O preservacionismo teve grande peso no processo de constituição de Yellowstone, estendendo sua influência para além daquela área protegida e daquele país, consolidando-se como o modelo de proteção da “natureza” que acabou se disseminando por outros continentes e países nos anos posteriores à criação do primeiro parque nacional do mundo. Porém, não foi a única corrente a se fazer presente no campo de disputas em torno dos significados de natureza. Paralelamente, um outro movimento se apresentou, partindo de uma perspectiva que concebia outras formas de utilização da “natureza”. Esse ficou conhecido como “conservacionismo”.

O movimento conservacionista

O conservacionismo se caracterizava (e ainda se caracteriza, diga-se) pela crença no uso racional dos recursos naturais. Um dos principais precursores dessa corrente ambientalista foi o engenheiro florestal estadunidense Gifford Pinchot (1865-1946). Em seu entendimento, a “natureza” era relativamente lenta no desenvolvimento de seus processos, de maneira que caberia aos “homens” a tarefa de criar e/ou melhorar técnicas e tecnologias que pudessem, de um lado, acelerar os processos naturais, e, de outro, diminuir os desperdícios de recursos, aumentando a eficiência nos usos que deles se faziam (DIEGUES, 2001; ARAÚJO, 2007).

Aqui, vale uma breve, porém, importante ressalva. Quando o movimento conservacionista advogava, com Pinchot, a necessidade do desenvolvimento pelos “homens” de métodos e ferramentas capazes de aprimorar o uso dos recursos naturais, é preciso que se entenda que essa perspectiva não se referia a todos os “homens”, mas a um grupo específico que, grosso modo, seria composto por homens brancos, de origem europeia, cristãos (em sua grande maioria ao menos) e com um entendimento específico de natureza, enxergando-a, fundamentalmente, como uma fonte de recursos que deveriam ser explorados em benefício dos “homens”, ainda que dentro de uma perspectiva de maior eficiência e cuidado. Olvidar essa informação é perder de vista um aspecto relevante sobre as disputas que se fizeram e que continuam se fazendo em torno da significação da natureza e pelo acesso e uso de seus componentes.

Via de regra, o conservacionismo de Pinchot aceitava “[...] a possibilidade de uso dos recursos naturais, desde que este fosse realizado de maneira racional, visando à manutenção dos mesmos pelo máximo de tempo possível” (SOUZA, L., 2016, p. 75). Assim, “sua essência era o uso adequado e criterioso dos recursos naturais” (ARAÚJO, 2007, p. 32), de modo que, para Pinchot, “a natureza [...] compunha-se apenas de recursos naturais, que deveriam ser usados para prover um grande bem para o maior número de pessoas, por longo período” (ibid., p. 32). Nesse sentido, “os representantes dessa segunda corrente utilizam a palavra ‘natureza’, porém falam mais

precisamente de ‘recursos naturais’, ou até mesmo ‘capital natural’ e ‘serviços ambientais’” (MARTINEZ-ALIER, 2007, p. 27). Na atualidade, essa perspectiva do ambientalismo é propagada especialmente por engenheiros e economistas, sendo “[...] uma religião da utilidade e da eficiência técnica desprovida do sagrado” (ibid., p. 27). Essa característica do conservacionismo, juntamente a outras, leva o autor supracitado a denominá-lo de “evangelho da ecoeficiência”.

O “desenvolvimento sustentável”, em sua vertente atualmente dominante, expressa esse ideário conservacionista, tendo em vista que preza pela eficiência dos processos e do uso dos recursos naturais como o principal caminho para reduzir os impactos ambientais negativos da atividade humana sobre a “natureza” e, conseqüentemente, evitar um possível colapso das condições que sustentam a vida das sociedades na Terra.

Preservacionismo e conservacionismo estiverem em certa competição pelo predomínio na definição dos rumos que as formas de intervenção social sobre os ecossistemas teriam que assumir. Um dos centros dessas disputas acabou sendo o modelo de AP que deveria ser adotado nos EUA. Com o surgimento de Yellowstone nos moldes como se deu, e a posterior expansão desse formato para outros países com o passar dos anos, evidenciou-se o predomínio das concepções preservacionistas neste caso específico das APs. Porém, “a história da preocupação com o meio ambiente é muito mais complexa [...]” (MARTINEZ-ALIER, p. 29) do que essa divisão poderia ser capaz de demonstrar, ainda que, para os fins aos quais se propõe este trabalho, ela acabe desempenhando um papel pedagógico relevante. Mesmo assim, no que se refere ao preservacionismo e ao conservacionismo, essas duas vertentes “[...] convivem atualmente em similitude, entrecruzando-se às vezes” (ibid., p. 32).

Além disso, mesmo diante das diferenças nas concepções dessas duas perspectivas, elas guardam uma origem em comum no que concerne à forma como enxergam a natureza em sua essência: ambas a veem como uma externalidade frente às sociedades.

As Áreas Naturais Protegidas como natureza produzida

Como já mencionado, preservacionismo e conservacionismo foram as duas correntes do ambientalismo que, no início, estiveram envolvidas no centro dos debates que se desenrolaram no momento em que se discutia a necessidade de se proteger a “natureza” das intervenções humanas, que começavam a ser vistas como negativas por parcela da sociedade, notadamente aquela que estava mais diretamente em contato com avanços científicos e/ou com a literatura, principalmente a romântica, que já há algum tempo vinha retratando a “natureza” e denunciando as formas prejudiciais com que esta estava sendo apropriada. É importante ressaltar: tratavam-se, fundamentalmente, de moradores dos espaços urbanizados e de grupos com acesso a recursos e vantagens que os permitiam ter uma visão, é possível dizer, privilegiada sobre o que se passava

nessas sociedades e espaços, algo que não estava ao alcance da maior parte das pessoas de então.

Além disso, no que concerne a Yellowstone, o precursor dos parques nacionais, ao analisar as motivações por trás de sua criação, se pode evidenciar que sua instituição esteve relacionada a fatores que iam além da “simples” ideia de proteção da natureza, ainda que esse tenha sido o mote principal evocado à época. É possível, assim, perceber que existiram fatores também de ordem cultural e econômica que impactaram na criação do parque.

Em relação aos culturais, estes se associaram à necessidade premente de, na visão de sujeitos políticos e influentes de então, se criar símbolos que pudessem representar e constituir uma tradição cultural nitidamente americana, como ficou demonstrado acima. Ao mesmo tempo, porém, pode-se afirmar que se tratava de uma forma de ruptura com as tradições e culturas dos nativos que ocuparam e ocupavam o território do jovem país, pois – e ao contrário do que muitas vezes se observa nos trabalhos sobre a temática publicados no Brasil, quando estes resgatam a fundação de Yellowstone e o movimento que encabeçou esse processo – os espaços do oeste estadunidense não eram “vazios” e despossuídos de sentidos simbólicos, mas, de outra forma, ocupados e significados por inúmeras populações originais daquela região da América, que significavam e produziam naturezas outras em relação àquela que era significada e produzida pelos imigrantes que chegavam.

É meritório destacar, também, que mesmo nos EUA, durante muito tempo, essa “outra história” da criação de Yellowstone – e de outras APs naquele país –, onde a existência e a resistência dos povos originários esteve sempre presente, foi olvidada (WEST, IGOE e BROCKINGTON, 2006; ADAMS e HUTTON, 2007), vindo à tona com mais força apenas nas últimas três ou quatro décadas. Nesse sentido, por exemplo, Jacob (2001) traz uma série de relatos e informações que demonstram claramente a ocorrência de conflitos entre os agentes do Estado e os moradores locais – indígenas e não indígenas –, tanto em Yellowstone quanto nas Montanhas Adirondack, onde houve uma iniciativa de proteção da “natureza” também no século XIX que culminou com o estabelecimento de uma significativa área de preservação da *wilderness* ao final daquele século, sendo a região das Adirondack parte dessa estrutura.

No que tange aos aspectos econômicos, evidenciou-se o interesse de grupos específicos em torno dos possíveis investimentos e melhorias que poderiam ocorrer naquela região com a criação do parque, tais como a abertura de estradas, pousadas e hotéis, além do possível aumento de visitantes, atraídos pela presença da estrutura, produzindo uma dinamização da economia local e regional. Junto a isso, vislumbrava-se, naquele momento, a possibilidade de maior facilidade, com a presença do parque, para a continuidade do processo expansionista em direção ao oeste estadunidense (COLCHESTER, 1994)

Como se nota, então, a questão de Yellowstone – e de outras APs criadas nos EUA e em outros países do mundo – era mais abrangente do que somente o desejo supostamente altruísta de se proteger/preservar/conservar uma área “natural” das ações humanas indesejadas, ainda que esta ideologia estivesse – e continue a estar, diga-se – presente e tenha desempenhando papel também relevante nesse processo. Tratou-se – como muitas vezes ainda se trata – da produção de significados de natureza que pudessem auxiliar no cumprimento dos interesses e objetivos de sujeitos e grupos sociais específicos para com aquele espaço.

Ao prevalecer o entendimento preservacionista sobre as APs, originando o modelo “Parque Nacional”, com a exclusão da presença humana desses espaços, o que predominou, na realidade, foi uma forma específica de se entender a natureza, onde essa era tomada como uma externalidade frente às sociedades. Em outras palavras, aquilo que os preservacionistas entendiam por “natureza” era tudo o que se opunha ao que eles compreendiam como sendo a sociedade, bem como os objetos e fenômenos produzidos por esta, caracterizando uma verdadeira dicotomia. Para os preservacionistas, vale lembrar, “natureza” é aquilo que é concebido sem a participação humana, fazendo parte da dinâmica “natural” da Terra.

O que essa perspectiva não percebia é que a própria constituição de um espaço onde supostamente parcelas da “natureza” estariam sendo protegidas das ações humanas já era, em si mesma, uma ação que não se encaixava nesse entendimento de natureza que essa corrente manifestava (e ainda manifesta atualmente). As APs, enquanto uma estrutura, não existem naturalmente na “natureza”, sendo, na verdade, uma construção sócio-histórica e cultural que se realiza partindo de um conceito particular de natureza, que também é construído socialmente, de maneira que essa “natureza” dos preservacionistas era uma natureza que dificilmente podia, já naquele tempo, ser encontrada no planeta.

Tratar-se-ia, aí, de uma “natureza pristina”, “intocada”, como diria Diegues (2001). Sob a égide desse entendimento acerca da natureza, após Yellowstone,

[...] foram feitas [e concretizadas, é importante frisar] muitas tentativas de transformar áreas ‘desabitadas’ em parques e outros espaços protegidos. No entanto, inúmeras pesquisas antropológicas, culturais, históricas e ambientais realizadas nas últimas décadas vêm evidenciando que a “natureza” não é tão natural como parece e o mundo selvagem não é o que parece ser (BENSUSAN, 2014, p. 63-64).

A título de exemplo, na Amazônia, que na atualidade é tomada como uma das regiões da Terra onde ainda seria possível encontrar áreas com essas características de “natureza pristina” ou “intocada”, muitas evidências de caráter histórico, arqueológico e mesmo ecológico, que indicariam um passado de intensa atividade social, têm sido descobertas, evidenciando um manejo intenso daquele ecossistema, o que teria contribuído diretamente para o próprio processo de desenvolvimento da floresta (BENSUSAN, 2014; NEVES, 2022).

De modo semelhante, mesmo em Yellowstone tais aspectos estavam muito presentes na paisagem no momento de constituição do parque, demonstrando a abundante atividade humana que durante milhares de anos foi praticada sobre aquela área e jogando por terra o mito de que se tratava de um ambiente pristino, “natural”, por assim dizer. Nesse sentido, por exemplo, foram encontrados inúmeros vestígios de antigos abrigos indígenas pelos primeiros gestores do parque, bem como diversas trilhas que perpassavam e cercavam a área da AP, além de cercas produzidas a partir de madeira local e arbustos objetivando afunilar os caminhos de animais, tornando sua caça mais fácil para os indígenas que viviam e se reproduziam naquele espaço (JACOB, 2001). De igual forma, o uso do fogo sempre foi uma estratégia utilizado pelos habitantes originais de Yellowstone, de modo que as tentativas de conter os incêndios florestais na área após a constituição do parque acabaram produzindo consequências negativas para a fauna e para a flora local (ibid.).

Logo, ao se apropriar de um entendimento de natureza que toma esta como uma mera externalidade frente às sociedades, os preservacionistas – e também os conservacionistas – desconsideraram (e continuam a desconsiderar em muitos momentos ainda hoje) as relações dialéticas estabelecidas entre a dinâmica social e a dinâmica natural, encobrendo, de um lado, as intensas conexões entre o humano e o não-humano, e perdendo a oportunidade, de outro lado, de contribuir de maneira mais crítica e produtiva com as discussões e questionamentos em torno das próprias formas pelas quais a sociedade capitalista-urbano-industrial estava (e continua a estar) se relacionando com o ambiente.

De igual forma, essa desconsideração do aspecto social da natureza e de seu caráter de integrante e integrada pelas/às sociedades manifestada pelo preservacionismo, levou essa corrente à ausência de maior sensibilidade frente às formas diferenciadas com que os variados sujeitos e grupos sociais significavam, se apropriavam e utilizavam a “natureza” e seus componentes, conduzindo esse movimento a uma visão errônea que entendia todas as formas de intervenção humana sobre a “natureza” como sendo sempre negativas. Ao fim e ao cabo, como se sabe, tal entendimento sedimentou as bases do modelo de parques inaugurado com Yellowstone em 1872.

Enquanto natureza produzida, então, Yellowstone, assim como os demais parques e outras categorias de APs que surgiram após a sua criação, originou não uma “natureza intocada”, mas uma **natureza significada e produzida**, partindo de uma concepção onde natural é o que não pertence e/ou não foi modificado pelos seres humanos. Porém, como já foi afirmado anteriormente, as APs, enquanto um espaço criado pela ação humana, são, ao fim e ao cabo, uma forma de “natureza produzida”, pois sua constituição não é em si um evento que faz parte da dinâmica planetária natural, sendo uma estrutura que **somente** existe como consequência de uma ação propositalmente adotada pelas sociedades. E, enquanto natureza produzida, é carregada pelas simbologias, pelas culturas e pelos interesses de quem as produziu.

As APs são, dessa forma, realizações sociais carregadas de relações históricas, culturais e políticas, configurando um campo de embates em que diferentes relações de poder entram em cena para disputar a significação da natureza e definir suas formas de construção, bem como aqueles sujeitos e grupos sociais que terão ou não acesso privilegiado aos componentes que se fazem presentes nos territórios que conformam essas estruturas.

4. Considerações finais

Neste trabalho, foi analisado o processo de surgimento da ideia de “Áreas Naturais Protegidas” à luz da perspectiva que entende a natureza enquanto sendo *também* uma produção sócio-histórica, política e cultural.

Ao se examinar, ainda que brevemente, os aspectos que perpassaram e que, em muitos casos, continuam influenciando a constituição de APs no mundo, realizou-se uma rápida reconstituição do histórico de surgimento dessas estruturas. A intenção foi demonstrar que a concepção da ideia de se destinar certas áreas da superfície terrestre para que fossem protegidas das atividades humanas partiu de uma conceituação muito específica de natureza, sendo esta entendida, neste caso, como tudo aquilo que se oporia ao social; aquilo que, em sua formação e realização, não teria a participação humana.

Essa forma de se entender a natureza é típica do pensamento ocidental, forjado no interior da ciência moderna, com seu ideário de “dominação da natureza”, que conduziu a variadas consequências negativas sobre aquilo que se entendia como sendo o mundo natural. Tais consequências acabaram levando a um processo de reflexão em parcelas das populações, fundamentalmente aquelas situadas nos espaços urbanos, altamente modificados após o início das Revoluções Industriais, sedimentando uma visão de natureza que, entre outras coisas, entendia a intervenção humana sobre o meio como sendo sempre negativa. É no bojo dessa compreensão que tem origem a ideia de se destinar áreas específicas da superfície terrestre para a proteção frente às ações humanas.

Além disso, a perspectiva de criação de APs também partia da compreensão de que ainda haveriam no planeta, naquele momento, “regiões virgens”, que ainda não teriam sido alteradas pela dinâmica das sociedades, devendo essas áreas, então, serem preferencialmente acolhidas para a constituição de APs. Como é sabido atualmente, mesmo no século XIX, quando surge a ideia das APs modernas, poucas eram as regiões do planeta – se é que elas realmente existiam – que ainda não haviam sido, de algum modo, alteradas pelas ações humanas.

Na verdade, o aparecimento da espécie humana sobre a Terra tornou difícil a tarefa de se falar em uma natureza *sem* sociedade, ou seja, de uma natureza pristina ou “intocada”, ainda que muitos, ao longo da história (e ainda hoje, ressalta-se) tenham insistido nessa tese. De igual forma,

também não seria possível falar de uma sociedade **sem** natureza, é importante frisar. A natureza, após o surgimento do ser humano, passa a ser **também** uma natureza sócio-histórica e cultural, como se buscou evidenciar ao longo do texto.

Sendo assim, as APs são, na verdade, uma forma de natureza que está diretamente associada às ações das sociedades. Ocupando essa condição, essas áreas são carregadas de aspectos históricos, políticos e culturais, bem como de relações de poder, que se manifestam sobre elas, onde sujeitos e grupos sociais disputam a hegemonia em torno da definição de suas significações, como forma de definir também quais deles terão ou não acesso aos recursos e benefícios que elas dispõem.

A argumentação que aqui foi realizada em torno da tese da “produção da natureza” buscou evidenciar justamente essas características das APs, que em alguns momentos têm estado ausentes dos trabalhos que analisam essa problemática. Assim, espera-se ter sido possível lançar um pouco de luz sobre algumas das maneiras pelas quais a natureza e sua significação são disputadas, demonstrando que, enquanto um campo de embates entre sujeitos e grupos sociais diversos, os modos pelos quais ela é **significada e produzida** desempenham papel relevante na definição de quem terá acesso aos seus componentes e de como esses serão apropriados e utilizados. Acredita-se que em função de suas configurações gerais, as APs acabam sendo um campo fértil para realização desse tipo de análise.

Referências

ADAMS, W. M.; HUTTON, J. People, Parks and Poverty: Political Ecology and Biodiversity Conservation. **Conservation and Society**, v. 5, n. 2, p. 147–183, 2007.

ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de conservação no Brasil**: da república à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

ARTAXO, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, São Paulo, n. 103, p. 13-24, 2014.

BENSUSAN, N. Diversidade e unidade: um dilema constante. In: BENSUSAN, N.; PRATES, A. P. (Org.). **A diversidade cabe na unidade?** Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB – Mil folhas, 2014.

CAMARGOS, R. M. F. **Homem, natureza e sensibilidades ambientais**: as concepções de áreas naturais protegidas. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COLCHESTER, M. **Salvaging Nature: Indigenous Peoples, Protected Areas and Biodiversity Conservation**. **UNRISD Discussion Paper**. Genebra: United Nations Research Institute for Social Development, 1994.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2001.

DEMERRITT, D. What is the “social construction of nature”? A typology and sympathetic critique. **Progress in Human Geography**, v. 26, n. 6, 767–790, 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/225089577_What_Is_the_Social_Construction_of_Nature_A_Typology_and_Sympathetic_Critique>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

- JACOB, K. **Crimes against Nature: Squatters, Poachers, Thieves, and the Hidden History of American Conservation.** Los Angeles: University of California Press, 2001.
- LEWIS, L. S.; MASLIN, M. A. Defining the Anthropocen. **Nature**, v. 519, p. 171–180, 2015.
- MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** São Paulo: contexto, 2007
- MOSCOVICI, S. **Natureza: para pensar a ecologia.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- NEVES, E. G. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central.** São Paulo: Editora Edusp, 2022.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os descaminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 1989.
- QUINTÃO, A. T. B. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. **Brasil Florestal.** Brasília, n° 54, p. 13 a 28. Abr-jun., 1983. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/evolucao-do-conceito-de-parques-nacionais-e-sua-relacao-com-o-processo-de>>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOPER, K. **What is nature?** Oxford e Malden: Blackwell Publishers, 1995.
- SOUZA, L. R. C. **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: Estudo de caso dos conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais na Zona de Amortecimento de Impacto do Parque Nacional do Caparaó – ES.** 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.
- SOUZA, M. L. **Territórios e ambientes: uma introdução à ecologia política.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- VALLEJO, L. R. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **GEOgraphia**, Ano 4, n. 8, p.77-106, 2002,. Disponível em:<arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/pesquisas/PE_ilha_Grande/Vallejo_2003.pdf>. Acesso em: 03 de novembro de 2014.
- WEST, P.; IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Parks and people: the social impact of protected areas. **Annual Review of anthropology**, Palo Alto, v. 35, p. 251-277, 2006.